Hilário Franklin

Advogado
Professora Venina Corrêa Torres, 230 sala 609
Centro – Nova Iguaçu – RJ – 26221-200
212667-3956/ 9640-80203/98138-0604
intimacaojuridicohf@gmail.com

Dignidade não se penhora

A proteção do mínimo existencial é mais do que uma norma legal — é um princípio de humanidade que deve conduzir qualquer processo judicial.

Recentemente, decisões do STJ e do TJDFT reafirmaram que valores até 40 salários mínimos mantidos em conta corrente ou poupança são impenhoráveis, mesmo que a origem seja incerta.

Isso significa que o processo não pode ser um instrumento de opressão econômica — e sim de justiça.

Com base no art. 833, X, do CPC, e na jurisprudência consolidada, atuo com firmeza para garantir que clientes não sejam surpreendidos por penhoras ilegais, especialmente em execuções que afetam o sustento familiar ou a dignidade pessoal.

A boa-fé é a regra. A má-fé deve ser provada, não presumida.

Advocacia é técnica, mas também é escudo. E nesse caminho, sigo sempre com respeito, estratégia e verdade.

Hilário Franklin, Advogado
OAB/RJ 090098
hilariofranklin.jur.adv.br